Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Terça-feira, 9 de julho de 2024
Ano CVII ● Número 29.647

ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

SEGURO RESIDENCIAL É OBJETO DE DESEJO

Compreensão da sociedade sobre as coberturas vem mudando. Por Ney Dias, **página 2**

POR UM MUNDO MAIS COOPERATIVO

A importância do cooperativismo na sociedade moderna. Por Luiz Paulo Tostes Coimbra, **página 2**

IA E O MERCADO PUBLICITÁRIO

Avanços, desafios e questões éticas. Por José Mauro Decoussau Machado e Pedro Magnabosco, **página 4**

O impacto do aumento na gasolina na inflação

A Petrobras anunciou nesta segunda-feira que aumentará em R$ 0,20 o preço do litro da gasolina a partir de terça-feira (9). Com o reajuste, de 7,12%, o preço de venda da gasolina A para as distribuidoras passará a ser de R$ 3,01 por litro. O preço do diesel não foi alterado.

O impacto no preço da gasolina vendida ao consumidor final, que tem 27% de etanol em sua composição, deverá ser de R$ 0,15 por litro. No entanto, o valor cobrado pelos postos de combustível depende de cada varejista, uma vez que ainda são incluídos no valor as margens de lucro do comerciante e da distribuidora, além dos custos associados ao transporte.

A Petrobras também anunciou aumento do preço do gás de cozinha (GLP), que subirá R$ 3,10 por botijão de 13 kg (9,81%) e passará a custar R$ 34,70.

Andréa Angelo, estrategista de Inflação da Warren Investimentos, estima que o aumento na bomba será em torno de 2,50%, com impacto total na inflação de 0,13 ponto percentual (pp), sendo 0,09pp no IPCA de julho. O reajuste no GLP terá efeito de 0,05pp no IPCA. A previsão da Warren para a inflação oficial em 2024 passou de 4,10% para 4,28%.

Segundo a Petrobras, esse é o primeiro reajuste da gasolina neste ano. A última vez que a estatal havia modificado o preço do produto havia sido em 21 de outubro de 2023, quando houve redução de 4%. O último aumento ocorreu em 16 de agosto daquele ano (16%).

O último ajuste no preço do gás de botijão havia sido feito em 1º de julho de 2023, quando houve queda (-3,9%). O último aumento (24,9%) havia sido feito em 11 de março de 2022.

O anúncio do aumento no Brasil coincide com nova queda nos preços do petróleo no mercado internacional. Nesta segunda-feira, o contrato do West Texas Intermediate (WTI) para entrega em agosto caiu US$ 0,83, ou 1%, para fechar em US$ 82,33 por barril na Bolsa Mercantil de Nova York. O contrato do petróleo Brent para entrega em setembro caiu US$ 0,79 centavos, ou 0,91%, para fechar em US$ 85,75 por barril na London ICE Futures Exchange.

A ação da Petrobras (PETR4) foi negociada a R$ 38,44, com alta de 2,45%, registrando forte movimento de alta após as 12h30, quando o aumento foi anunciado.

Bacci: edital destaca equalização de preços e condições para estaleiros nacionais

Transpetro lança licitação para construção de 4 navios

A previsão é encomendar 25 embarcações até 2030

Por Regina Teixeira, especial para o Monitor

A Transpetro, subsidiária de transporte logístico da Petrobras, divulgou em coletiva de imprensa, nesta segunda-feira, na sede da empresa no Rio de Janeiro, o lançamento de licitação internacional para a contratação de fabricação de quatro navios para transporte de produtos da Petrobras como gasolina, querosene e diesel, para cabotagem no litoral brasileiro.

A Transpetro calcula que o lançamento da primeira embarcação ao mar será em junho de 2026. O plano geral contempla a fabricação de 25 navios. O custo da construção de todos é calculado entre US$ 2 bilhões e US$ 2,5 bilhões. A iniciativa faz parte do Programa de Renovação e Ampliação de Frota da Transpetro.

Como se trata de uma licitação internacional, a questão de conteúdo local não é condição para realização. Mas, perguntado sobre uma eventual escolha de um estaleiro brasileiro, o presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, respondeu que o edital destaca equalização de preços e condições de financiamento.

Se for um estaleiro nacional, há o Fundo da Marinha Mercante. Talvez uma outra fonte de financiamento seria via BNDES, mas ainda não há nada de concreto sobre isso. Bacci acrescentou que a indústria naval brasileira precisa ter demanda perene. "Tendo obra sistemática vai aumentando o número de empregos no setor".

O Plano Estratégico da Petrobras prevê a aquisição de mais embarcações além das quatra primeiras. Bacci informou que outros 12 navios estão em fase de estudo. Além desses, mais nove embarcações estão sendo consideradas, mas ainda sem previsão de início de estudo.

As propostas das empresas para disputar a licitação poderão ser apresentadas até 7 de outubro. A assinatura do contrato com a empresa vencedora está prevista para dezembro deste ano.

Economia de Israel desacelera mais com a guerra

O Banco Central de Israel estima que o impacto direto do conflito em curso com o Hamas e com o Hezbollah na economia continuará até ao início de 2025. De acordo com a previsão divulgada nesta segunda-feira, o Produto Interno Bruto (PIB) israelense deverá crescer 1,5% em 2024 e 4,2% em 2025, inferior às projeções de abril, que apontavam 2% e 5%, respetivamente.

O BC prevê que a inflação este ano fique em 3%, acima dos 2,7% da previsão anterior, enquanto 2025 deverá cair para 2,8%, acima do estimado em abril (2,3%).

O déficit orçamentário anualizado de Israel aumentou para 7,6% do PIB do país, ou US$ 39,6 bilhões, no final de junho, de acordo com dados preliminares divulgados pelo Ministério das Finanças. É a mais elevada razão déficit/PIB desde agosto de 2021. No final do mês passado, as despesas totais de guerra atingiram cerca de US$ 21,8 bilhões.

A meta do governo israelense era de um rombo orçamentário de 6,6% do PIB para 2024. Em comparação, Israel fechou 2023 com um déficit de 4,2%.

As autoridades israelenses demoliram nesta segunda-feira uma escola e cinco casas e arrasaram terras agrícolas na Cisjordânia, disseram fontes palestinas. De acordo com o Ministério da Educação e Ensino Superior, 57 escolas na Cisjordânia foram invadidas e vandalizadas pelas forças e colonos de Israel desde 7 de outubro de 2023.

Ciberataques: 42% das empresas de capital aberto estão vulneráveis

Estudo realizado pelo Grupo Daryus intitulado "Panorama Cyber Insights" revela que 42% das empresas com capital aberto no Brasil estão vulneráveis a ataques cibernéticos devido à falta de proteção adequada para sistemas de controle industrial e tecnologias operacionais. O levantamento indica que essas empresas estão expostas a ataques que podem comprometer seus negócios e atividades, resultando em graves consequências financeiras, operacionais e de reputação.

Embora compreendam os riscos que a ausência de uma estratégia robusta de cibersegurança representa, 49% das organizações no mundo operam com um plano de segurança básico ou sem nenhum tipo de plano de cibersegurança. Esse dado é composto por empresas que não sabem como equilibrar a administração empresarial com a estratégia de segurança cibernética e/ou acreditam que as estratégias de cibersegurança impactam os negócios de forma restritiva.

O estudo também identificou que os ataques cibernéticos podem causar danos de 10,5 trilhões de dólares até 2025, um aumento de 300% em relação à 2015. Organizações que adotam um sistema básico de cibersegurança direcionam seus esforços apenas para seguirem a legislação vigente, sem se preocupar de verdade sobre as ameaças e estragos que esses crimes cibernéticos são capazes de causar. A análise prevê ainda que nos próximos dois anos, 45% de organizações globais serão impactadas de alguma forma por ataques de cadeia de suprimentos (supply chain).

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,4735
Dólar Turismo	R$ 5,7040
Euro	R$ 5,9252
Iuan	R$ 0,7525
Ouro (gr)	R$ 415,87

ÍNDICES

IGP-M	0,81% (junho)
	0,89% (maio)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Seguro residencial se tornando objeto de desejo no Brasil

Por Ney Dias

Frequentemente, observamos a divulgação da lista de objetos de desejo do consumidor, onde figuram sempre, entre outros, o plano de saúde, a escola particular, o carro e a casa própria. Com o aumento das intempéries climáticas, os brasileiros estão cada vez mais atentos à importância do seguro residencial. Fenômenos extremos, como alagamentos e vendavais, têm se tornado mais frequentes em diversos estados, levando a população a buscar proteção para seus lares. No Brasil, onde a casa própria é um grande sonho, conforme apontado na pesquisa recente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a conscientização sobre o seguro residencial está crescendo, embora ainda exista um grande desconhecimento sobre seu custo, coberturas e assistências.

Em comparação com países mais maduros, onde até 90% da população possui seguro residencial, o Brasil ainda está em fase inicial de adoção. Apesar de o custo médio do seguro residencial no Brasil ser relativamente baixo (em média, 0,1% a 0,2% do valor do imóvel, ou entre R$ 500 e R$ 800/ano), apenas cerca de 17% da população está coberta, segundo dados recentes da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg). Nos EUA, 88% dos proprietários de imóveis possuem seguro residencial. Na Europa, a situação é similar em vários países. No Reino Unido, cerca de 90% dos proprietários possuem seguro residencial. Na Alemanha, essa taxa também é alta, com a maioria dos proprietários optando por seguros que cobrem uma ampla gama de eventualidades, demonstrando um forte entendimento da importância da proteção dos bens imóveis, segundo dados do Insurance Information Institute.

> Compreensão da sociedade sobre as coberturas vem mudando

A compreensão da sociedade brasileira sobre as coberturas oferecidas pelo seguro residencial ainda é baixa. Muitos desconhecem que esse tipo de seguro vai além do simples ressarcimento por danos físicos, incluindo também a cobertura de responsabilidade civil familiar (para eventuais danos causados a vizinhos em decorrência de, por exemplo, rompimento de tubulação) e assistência 24 horas para emergências domésticas, entre outros benefícios.

No entanto, há indícios de mudança nesse cenário de desinformação. De acordo com um levantamento da FenSeg, o Índice de Penetração do Seguro Residencial aumentou em 25% entre 2017 e 2021, representando um acréscimo de 2,8 milhões de residências protegidas, totalizando 12,7 milhões de moradias. Em 2023, esse aumento foi de 14,3%.

Nos últimos meses, a temperatura bateu recordes em todo o Brasil e pode preceder períodos ainda mais quentes no futuro, com sensação térmica que pode passar de 50ºC em algumas cidades, segundo um relatório do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Esse é o resultado de uma junção de fatores como a ação do El Niño, a formação de um domo de calor – fenômeno atmosférico caracterizado pelo aprisionamento de ar quente sobre uma área -, além de outros fatores que contribuem para mudanças climáticas.

Neste contexto, especialistas enfatizam a necessidade premente de discutir planos de mitigação de riscos e eventos climáticos extremos, incluindo não apenas o calor intenso, mas também fenômenos como chuvas torrenciais. Desmistificar a ideia de que estamos isentos dessas ameaças é também o primeiro passo para compreender a necessidade premente de maior proteção das residências e mitigar o impacto nos orçamentos familiares de diversos imprevistos.

Em um contexto em que os desastres naturais se tornam mais frequentes e intensos, a proteção da residência por meio de um seguro residencial não é apenas uma medida prudente, mas essencial. A personalização da apólice, levando em conta as características específicas da região, é fundamental. Nesse sentido, a orientação dos corretores de seguros, especialistas em oferecer coberturas adequadas, torna-se crucial.

O aumento da conscientização sobre os benefícios do seguro residencial, aliado ao apoio especializado dos corretores, tem o potencial de transformar essa forma de proteção em um objeto de desejo para os brasileiros, assegurando a preservação dos seus sonhos frente aos riscos associados a se ter um imóvel, às adversidades climáticas e às conveniências das assistências.

Ney Dias é diretor-presidente da Bradesco Seguros.

Por um mundo mais cooperativo

Por Luiz Paulo Tostes Coimbra

Em 6 de julho, completou-se 101 anos em que foi instituído o Dia Internacional do Cooperativismo. Entretanto, o registro da primeira cooperativa do mundo é ainda mais antigo, remontando a meados do século 19, quando, em plena Revolução Industrial na Inglaterra, operários se organizaram em busca de melhores condições econômico-sociais. No Brasil, as primeiras cooperativas são do final do século 19, fruto da vinda de imigrantes europeus. Mas, quando pensamos no significado da palavra cooperação — uma ação conjunta para uma finalidade, objetivo em comum —, observamos que o cooperativismo é tão antigo quanto a própria humanidade, pois desde sempre a cooperação entre os homens tem sido fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

> A importância do cooperativismo na sociedade moderna

Desde a primeira cooperativa inglesa, passaram-se mais de 180 anos e, ao longo deste período, o cooperativismo se estabeleceu como um sólido braço da sociedade, constituído para prestar serviços aos seus associados. Quem atua nesse universo vive diariamente o engajamento de contribuir para o desenvolvimento de um modelo de negócio visionário, que vai além de trazer renda para os seus cooperados. Seus benefícios impactam todos os envolvidos na cadeia de entrega dos serviços, e toda a comunidade em torno das cooperativas. São associações que se baseiam em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade.

Foi baseado nesses valores que o cooperativismo se consolidou como uma força econômico-social. Somente em 2022, segundo o AnuárioCoop – Dados do Cooperativismo Brasileiro, gerou mais de 500 mil empregos diretos. O Sistema Unimed, por exemplo, é formado por 336 cooperativas médicas presentes em mais de cinco mil municípios, o que representa nove de cada dez cidades do país. Somos mais de 116 mil médicos cooperados e geramos 147 mil empregos diretos. O Sistema é responsável pelo atendimento a mais de 20,5 milhões de pessoas. Isso equivale a 10% da população e a 39% do mercado de saúde suplementar. Somente as cooperativas Unimed cuidam de mais do que o dobro de vidas da população de Portugal.

O fundamento da existência da Unimed como uma cooperativa de trabalho médico é o de gerar, com sustentabilidade, serviço e renda para nossos médicos cooperados, servir as pessoas e contribuir para o desenvolvimento da medicina no Brasil. Essa é a nossa bandeira principal, nosso DNA. Fazemos parte de um sistema cooperativista, a maior experiência da área de saúde no mundo. Para nós, o cooperativismo é mais que um modelo de negócio, é uma mudança de pensamento onde o individual dá lugar ao coletivo, sem perder a individualidade. É nisso que acreditamos.

Vivemos um período de enormes transformações econômico-sociais, resultado das inovações tecnológicas que tornam inclusive a economia cada vez mais digital. Ao mesmo tempo, a sociedade tem cobrado de empresas e organizações responsabilidade socioambiental, bem como lisura e transparência em suas gestões, pois há uma preocupação crescente com a necessidade de se alcançar um desenvolvimento sustentável. Talvez já tenha passado da hora de o mundo se espelhar nas mais de 3 milhões de cooperativas existentes e aprender como trabalhar em conjunto para um objetivo em comum. Isso fará, sem dúvida nenhuma, o cooperativismo protagonista na busca por um futuro melhor.

Luiz Paulo Tostes Coimbra é presidente da Unimed Nacional.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Lobby dos combustíveis subverte lei do mercado

Nos últimos dias, cresceu a pressão de importadores de combustíveis e refinarias privadas por um aumento nos preços da gasolina e do diesel, com grande participação da nossa imprensa dita imparcial. A Petrobras acabou aprovando uma elevação no valor da gasolina e do gás natural, mas manteve o do diesel. A pressão se baseia no PPI, preço de paridade de importação, herança dos governos Temer e Bolsonaro.

Há 2 questões: uma é a incapacidade de concorrência das refinarias e importadores privados. Uma estranha aplicação da lei do mercado, em que os preços sobem quando há alta no exterior, mas não descem quando há redução.

O lobby privado se baseia no cálculo do PPI pela Abicom, associação que representa os importadores. Apesar de ser parte interessada nos aumentos, é tratada pela mídia como se fosse uma fonte acima de qualquer questionamento. Para a Abicom, havia, antes do aumento desta segunda-feira, defasagem de R$ 0,67 no litro da gasolina e de R$ 0,73 no do diesel.

O Soberano Brasil também calcula o PPI e não tem nenhuma ligação nem com a Petrobras, nem com o setor privado, nem com o governo. O gráfico no site mostrava que realmente havia uma defasagem (de 8,5%) na gasolina, mas sobrepreço de 4,6% no litro do diesel.

Uma terceira fonte é o Rastreador de Preços de Combustíveis da Genial Investimentos; haveria, em 1º de julho, deságio de 18,2% na gasolina (R$ 0,53) e de 8,7% no diesel (R$ 0,32). Mas os preços são dinâmicos: em 17 de junho, a Genial indicava deságio de 9,4% na gasolina (R$ 0,30/litro, quase metade do que apontaria 2 semanas depois) e ágio de 1,6% no diesel (R$ 0,06/litro) versus a paridade de preços do mercado internacional.

Qual o sentido de basear os preços em um parâmetro curto, se são tão voláteis? E aí vem a segunda questão: por que o Brasil, com forte extração de petróleo, com custo de produção de diesel, na refinaria, abaixo de R$ 1,10, precisa vender o óleo por um valor na casa de R$ 3?

Na Bolívia, que não tem petróleo e nem refinarias, o diesel custa nas bombas, o equivalente a R$ 2,50; aqui sai, em média, a R$ 5,94.

‘Nós somos derrotados’

Nesta segunda (8), fez 1 mês do falecimento de Maria da Conceição Tavares. Vale relembrar uma sentença marcante dela: “Nós não somos da elite dominante desse país. A não ser que vocês tenham alguma pretensão a ser. Eu não tenho. Então não é chá e simpatia. Isso é um curso rebelde! Nós perdemos! Nós somos derrotados! Se vocês não fossem derrotados, não vinham para esta universidade [Unicamp], iam pra USP, pra PUC [Rio]. Ou pra Harvard. Estamos lutando pela hegemonia? Imagine! Estamos lutando apenas pra não ficar malucos. Para não dizer besteira demais.”

Rápidas

Dado Schneider faz palestra nesta quarta, às 19h, na Campus Party Brasil 2024 no Expo Center Norte (SP), sobre “Tem como se resolver o conflito de geração no ambiente de trabalho?” Detalhes: brasil.campus-party.org/cpbr16 *** O restaurante árabe Suud participa do Evento Rota Gourmet, edição Rota Cervejeira, de 12 a 14 de julho, no Campo de São Bento, em Icaraí, Niterói (RJ) *** A BeFly foi reconhecida como uma das cinco marcas mais lembradas na categoria “Práticas Reconhecidas em Gestão de RH” na 27ª edição do Top of Mind RH.

Senado deve votar desoneração de 17 setores nesta 4ª feira

A sessão plenária desta quarta-feira pode ter a votação da lei que prevê um regime de transição para a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. Pela proposta, a reoneração da folha para as empresas começará a partir de 2025, de forma gradual. De autoria do senador licenciado Efraim Filho (União-PB), o PL 1.847/2024 concretiza acordo firmado entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional em maio sobre a Lei 14.784, de 2023, que prorrogou a desoneração por quatro anos. O projeto ainda aguarda relatório e sua votação depende de aprovação de requerimento de urgência.

Ainda está em pauta o projeto regulamentando atividades espaciais realizadas no território nacional ou que tenham o Brasil como participante (PL 1.006/2022). Entre outros dispositivos, o projeto, originado na Câmara, encarrega o Comando da Aeronáutica de regulamentar e fiscalizar as atividades espaciais relacionadas à segurança e à defesa nacional. Já as atividades de natureza civil serão regulamentadas, licenciadas, autorizadas e fiscalizadas pela Agência Espacial Brasileira (AEB). Para atividades de natureza civil e militar, simultaneamente, o Comando da Aeronáutica e a AEB terão que atuar de maneira coordenada.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) fica responsável pela autorização de outras atividades. O projeto teve voto favorável do relator, senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), e sua votação também depende da aprovação de requerimento de urgência de iniciativa da CRE.

A pauta poderá incluir ainda a votação de sete indicações de embaixadores caso os nomes sejam sabatinados e aprovados pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), que se reúne também na quarta-feira, pela manhã. Além disso, estão pautadas sessões de discussão das propostas de emenda à Constituição (PECs) sobre parcelamento de dívidas de municípios e sobre eleições nos tribunais de Justiça, e poderão ser votados três projetos de lei.

Os indicados para chefiar embaixadas são Eugênia Barthelmeiss, para Angola (MSF 20/2024); Rosimar da Silva Suzano, para a Estônia (MSF 21/2024); Nedilson Ricardo Jorge, para o México (MSF 17/2024); Rafael de Mello Vidal, para a Ucrânia (MSF 23/2024); Luciano Mazza de Andrade, para Singapura (MSF 22/2024); Colbert Soares Pinto Junior, para Santa Lúcia (MSF 18/2024); e Alexandre Henrique Scultori de Azevedo Silva, para Cabo Verde (MSF 19/2024). Todas as indicações aguardam pareceres de seus relatores.

PECs

Segundo a Agência Senado, também avançará para a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, a PEC que estabelece medidas para aliviar as contas dos municípios. A proposta apresentada pelo senador Jader Barbalho (MDB-PA) (PEC 66/2023) reabre o prazo para que os municípios parcelem suas dívidas com a Previdência e define limites para o pagamento de precatórios (ordens de pagamento emitidas pela Justiça contra entes públicos).

O pagamento poderá ser realizado em até 240 parcelas mensais. O relator, senador Carlos Portinho (PL-RJ), emitiu voto favorável na forma de um substitutivo (texto alternativo). A proposta ainda passará por mais uma sessão de discussão antes de ser votada em primeiro turno pelo Plenário. Depois, haverá mais três sessões de discussão antes da votação em segundo turno.

PF liga Bolsonaro a esquema para desviar cerca de R$ 6,8 milhões

A Polícia Federal (PF) concluiu em investigação que o ex-presidente Jair Bolsonaro teve participação no desvio ou na tentativa de desvio de mais de R$ 6,8 milhões em presentes como esculturas, joias e relógios, recebidos de países estrangeiros em razão de sua condição de mandatário do Brasil.

“Identificou-se ainda que os valores obtidos dessas vendas eram convertidos em dinheiro em espécie e ingressavam no patrimônio pessoal do ex-presidente da República, por meio de pessoas interpostas e sem utilizar o sistema bancário formal, com o objetivo de ocultar a origem localização e propriedade dos valores”, aponta o relatório da PF.

Bolsonaro e mais 11 pessoas foram indiciadas na semana passada pelos crimes de peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro. O relatório sobre a investigação foi entregue impresso, em um envelope, no protocolo do Supremo Tribunal Federal (STF), na sexta-feira.

Nesta segunda-feira, o sigilo do relatório da PF, que tem 476 páginas, foi derrubado pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no Supremo. O magistrado encaminhou o processo para análise da Procuradoria-Geral da República (PGR), a quem cabe agora analisar se arquiva o caso ou denuncia os indiciados. É possível também que o órgão solicite nova coleta de provas.

Assinado pelo delegado responsável Fábio Shor, o relatório conclui que “os elementos acostados nos autos evidenciaram a atuação de uma associação criminosa voltada para a prática de desvio de presentes de alto valor recebidos em razão do cargo pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro e/ou por comitivas do governo brasileiro, que estavam atuando em seu nome, em viagens internacionais, entregues por autoridades estrangeiras, para posteriormente serem vendidos no exterior”.

Segundo a Agência Brasil, em março de 2023, quando a venda de presentes oficiais foi primeiro noticiada por veículos de imprensa, foi organizada uma nova operação, dessa vez com o objetivo de recuperar itens já vendidos no mercado. O objetivo seria “escamotear a localização e movimentação dos bens desviados do acervo público brasileiro e tornar seguro, mediante ocultação da localização e propriedade, os proventos obtidos com a venda de parte dos bens desviados”, concluiu a PF.

“Tal fato indica a possibilidade de que os proventos obtidos por meio da venda ilícita das joias desviadas do acervo público brasileiro, que, após os atos de lavagem especificados, retornaram, em espécie, para o patrimônio do ex-presidente, possam ter sido utilizados para custear as despesas em dólar de Jair Bolsonaro e sua família, enquanto permaneceram em solo norte-americano”, aponta o relatório da PF.

As investigações contaram com a colaboração do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, que fechou acordo de colaboração premiada. As investigações apontam, por exemplo, o envolvimento do pai de Mauro Cid, general do Exército Mauro Lorena Cid, que teria intermediado o repasse de US$ 68 mil em espécie ao ex-presidente.

SEU DIREITO

A inteligência artificial (IA) e o mercado publicitário

Por José Mauro Decoussau Machado e Pedro Magnabosco

A Inteligência Artificial (IA) tem cada vez mais influenciado a sociedade nos mais diferentes aspectos. Novas ferramentas tornaram-se indispensáveis no dia a dia, trazendo uma série de preocupações tanto jurídicas como sociológicas. Uma máquina pode ser autora de uma obra intelectual? Quais os direitos dos autores de obras que treinam os algoritmos? Em um mundo dominado por algoritmos treinados com uma infinidade de dados, qual o papel reservado aos profissionais do futuro? Só o tempo dirá como essas questões serão respondidas e, certamente, o mercado publicitário não está imune a essas preocupações.

A publicidade (e em especial a criação de conteúdo) é uma área em que o impacto da IA é ainda mais claro e imediato. Com a IA, agências de publicidade têm incorporado novas ferramentas para atender às demandas de um mercado cada vez mais dinâmico e competitivo. É pouco provável que uma agência que não se adapte à IA consiga se manter no mercado com a mesma relevância de seus concorrentes que dela se utilizam.

A criação de conteúdo publicitário é facilitada enormemente pela IA generativa, que torna a criação não só mais rápida, como também menos custosa e até mesmo com melhor qualidade. Quem já não se impressionou com uma imagem criada em segundos a partir de prompts nas ferramentas DALL-E ou MidJourney? É natural que essa revolução produza impacto profundo no mercado publicitário. Atores podem ser substituídos por personagens criados por IA. Vozes podem ser produzidas sinteticamente, sem que pertençam a uma pessoa ou violem o seu direito de imagem. Viagens a locais distantes, com uma equipe de filmagem, passam a ser desnecessárias. Tudo pode ser feito a partir de uma sala com um profissional experiente e equipada com um computador potente.

O CEO da WPP, maior agência de publicidade do mundo, Mark Read, disse em um comunicado oficial, ao anunciar a parceria com a Nvidia para adoção da IA, que "a IA generativa está mudando o mundo do marketing em uma velocidade incrível. Essa nova tecnologia transformará a maneira como as marcas criam conteúdo para uso comercial". Ainda nessa linha, o diretor de tecnologia da WPP, Stephan Pretorius, disse que o novo mecanismo de criação de conteúdo fará com que a agência seja capaz de criar 10 mil versões de um mesmo conceito "em alguns minutos", além de gerar campanhas comerciais "mais rapidamente, com mais eficiência e em escala".

A IA não só afeta a produção de conteúdo, mas também a forma como ela se relaciona com o seu público-alvo. A IA otimiza as campanhas de marketing, ajustando-as automaticamente com base em dados em tempo real, direcionando recursos para os canais mais adequados e identificando os melhores momentos para divulgar os anúncios, aumentando a visibilidade e o engajamento.

Contudo, conforme matéria publicada na *Forbes* em 5/6/2023, um dos maiores riscos da IA é a desinformação e manipulação, pois o conteúdo criado por IA, como deepfakes, ajuda a espalhar informações enganosas e a influenciar a opinião pública. Outra grande preocupação é em relação ao desemprego, como noticiado pela BBC em 10/7/2023. A matéria trata do caso de um integrante de um departamento de marketing que foi substituído por uma ferramenta de IA que ele próprio treinou.

Sendo assim, não se pode negar os avanços proporcionados pela IA na publicidade, mas também não se pode desconsiderar o potencial impacto negativo para o mercado de trabalho. Outra questão relevante é a relacionada à propriedade intelectual. Algoritmos são treinados a partir de obras pré-existentes, mas em que medida produzem resultados efetivamente originais? Em que medida os titulares das obras que ajudaram a treinar os algoritmos devem ser remunerados e até mesmo consultados previamente quanto à sua concordância?

Nesse cenário dinâmico e desafiador, é crucial que o mercado publicitário esteja atento às mudanças tecnológicas, atualizando-se e mantendo-se apto a utilizar as ferramentas de IA para melhorar a prestação de serviços. Clientes e consumidores devem ser informados de maneira transparente a respeito da utilização da IA, a fim de que o uso da tecnologia não seja feito de forma dissimulada e desvirtuada. Em contrapartida, como desafio não só para o mercado publicitário como também para a sociedade de forma geral, é imperativo que haja um ambiente apto ao treinamento de novos profissionais e para a manutenção de profissionais experientes, que têm todo o conhecimento necessário para que a IA seja empregada da maneira correta, sempre como ferramenta e não como substituta para o componente humano.

José Mauro Decoussau Machado e Pedro Magnabosco são advogados.

STJ muda forma de cobrança e conta de água deve diminuir em condomínios

Por Gilmara Santos, especial para o Monitor

Uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) deve mudar a forma como a cobrança de água é feita nos condomínios sem hidrômetro individual. De acordo com o novo entendimento da Corte, incide a tarifa mínima de água e esgoto para condomínio com várias unidades e apenas um hidrômetro. A decisão altera o entendimento de 2010, que dividia os custos de forma uniforme entre as unidades, incentivando agora a instalação de hidrômetros individuais para uma cobrança mais justa e proporcional ao consumo real de cada unidade.

A sistemática anterior tratava o condomínio como uma só unidade, assim, o volume de água era concentrado na última faixa de preço, a mais alta. Agora, pela nova sistemática, a alíquota mais baixa deve prevalecer em boa parte dos casos.

O advogado Bruno Maglione, sócio do escritório Fernandes Figueiredo Françoso e Petros Advogados, comenta que, seguindo o marco legal do saneamento básico e uma ideia de justiça social, o entendimento atual é que é possível a cobrança individual dessa tarifa mínima de cada um dos condôminos, ainda que o controle seja feita por uma única fonte, não para permitir que não haja tratamento desigual entre os consumidores.

"Permite não só a justiça na conta de quem efetivamente consome, mas incentiva que os condomínios se atualizem e efetuem obras de modernização para que este controle seja individualizado de cada uma das unidades autônomas para que ao final seja auferido individualmente o valor consumido para que cada consumidor pague efetivamente por aquilo que consuma", afirma Maglione.

Cobrança atual

Atualmente, a cobrança da água é realizada por faixas de consumo, com uma tarifa mínima exigida de todos a partir da primeira faixa, geralmente de 10m³. Assim, quem consome entre 1m³ e 9m³ paga o mesmo valor mínimo. A companhia de água mede o consumo, encaixa o valor em uma das faixas e envia a conta única.

"Esse método é desaconselhável para condomínios com muitas unidades, pois tendem a consumir mais água. Quando o consumo total é alto, a conta é calculada por uma faixa de consumo mais elevada, resultando em um custo maior por metro cúbico", explica o advogado David Nigri, do escritório que leva o seu nome.

"O tema é de imenso impacto econômico e social. O resultado acaba por corrigir uma distorção existente na tese anterior, firmada em 2010 e que, na prática, já não era praticada em muitos dos municípios", complementa Nigri.

Em 2010, ao julgar o Tema 414, o STJ definiu que não seria lícita a cobrança de tarifa no valor do consumo mínimo multiplicado pelo número de economias existentes no imóvel, devendo a cobrança ser feita pelo consumo real aferido. O relator, ministro Paulo Sérgio Domingues, comentou que essa tese não foi suficiente para estabilizar as relações entre as concessionárias e os condomínios, o que motivou o tribunal a revisar o assunto, inclusive convocando uma audiência pública.

Para o ministro, a metodologia do consumo real global – na qual o condomínio é considerado uma única unidade de consumo – e a do consumo real fracionado – modelo híbrido – não atendem aos fatores e às diretrizes de estruturação da tarifa previstos nos artigos 29 e 30 da Lei 11.445/2007, criando assimetrias no modelo legal de regulação da prestação dos serviços.

Modelo mais justo

Na avaliação do ministro, devem ser superados os fundamentos anteriormente adotados no Tema 414, contrários à metodologia do consumo individual franqueado, a qual encontra forte amparo legal. "Esse modelo de tarifação coloca em plano de igualdade todos os usuários dos serviços de saneamento, sejam eles consumidores individuais, condomínios dotados de múltiplos medidores de consumo, ou condomínios equipados com um único hidrômetro, cobrando-se de todos, pelos custos de disponibilização dos serviços, uma mesma contraprestação (a parcela fixa da tarifa, equivalente a uma franquia de consumo), a fim de assegurar às prestadoras receitas recorrentes necessárias aos ganhos de qualidade e eficiência que, ao fim e ao cabo, repercutirão em termos de menores acréscimos tarifários para todos os usuários", concluiu.

A nova abordagem para o cálculo da tarifa de água utiliza o método de consumo real fracionado, que considera cada unidade como um usuário individual. Assim, o consumo total medido no hidrômetro é dividido pelo número de unidades habitacionais O voto do relator detalha que o consumo é dividido em duas partes. A primeira, fixa, representada pela tarifa mínima, que é sempre paga, independentemente do consumo total das unidades. E, a segunda, variável, aplicada apenas quando o consumo total medido excede a franquia de consumo estabelecida para todas as unidades juntas.

Impacto na conta

De acordo com Nigri, a diferença de um método para o outro é bastante relevante. "O voto do relator usa uma situação real específica em que um condomínio de 124 unidades de consumo registrou medição de 1.547 m³. Pelo critério anterior, essa medição levaria o condomínio a uma das faixas de consumo mais altas previstas na localidade. A conta final daria aproximadamente R$ 71 mil a serem pagos", exemplifica.

"Já pelo critério atualizado da 1ª Seção, cada unidade pagaria a tarifa mínima. O excedente poderia levar a conta a faixas mais altas de consumo, mas não tão altas quanto no exemplo anterior. O cálculo, nesse caso, é de que a conta ficaria em cerca de R$ 10 mil", complementa Nigri.

Ele lembra que a sistemática anterior tratava o condomínio como uma só unidade; assim, o volume de água era concentrado na última faixa, onde a alíquota é a mais alta e, consequentemente, levando a uma conta muito alta. "Agora, pela nova sistemática, leva-se em conta tanto as economias, quanto os apartamentos de forma que a concentração ocorre na primeira faixa, onde a alíquota é mais baixa", finaliza Nigri.

Faturamento do setor editorial caiu 43% desde 2006

Em 2023, as editoras registraram R$ 4 bilhões de faturamento nas vendas ao mercado, o que representa queda acumulada de 20%, em termos reais (descontada a inflação do período) desde 2019, último ano que registrou crescimento acima da inflação. Os números constam na série histórica da pesquisa "Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro", coordenada pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) e pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel), com apuração da Nielsen BookData.

O relatório considera o desempenho real das editoras nos últimos 18 anos em quatro subsetores: obras gerais, didáticos, religiosos e científicos, técnicos e profissionais (CTP). Em 2023, último ano da série histórica, o mercado editorial registrou retração real no faturamento de 5%, na comparação com 2022, quando consideradas apenas as vendas das editoras ao mercado.

Para a presidente da CBL, Sevani Matos, os dados evidenciam um cenário preocupante para o mercado editorial brasileiro.

"Ao analisarmos o desempenho real do mercado, observamos os números deflacionados e trazidos a valores de 2023, considerando a variação acumulada do IPCA, que foi de 4,62%. Os resultados são preocupantes e refletem a redução no número de leitores, aliada à falta de políticas públicas consistentes para incentivo à leitura, que tem afetado diretamente o setor. Precisamos avançar com iniciativas e mobilizações para reverter esse quadro e fomentar a leitura, essencial para o desenvolvimento educacional e cultural do país", afirma.

O presidente do Snel, Dante Cid, mostrou-se preocupado com os números.

"Em um país com um índice de leitura já tão baixo, como demonstrado na Pesquisa Retratos da Leitura, é desalentador observar esta contínua queda nas vendas", comentou. "A combinação da queda em volume em Obras Gerais e didáticos com o dramático declínio do CTP (que historicamente apresenta o preço médio mais elevado) resulta neste inquietante quadro. Anos atrás, em momentos de crescimento do PIB percebíamos ao menos uma relativa estabilidade nas vendas, mas nos últimos anos a queda ocorre mesmo em períodos de PIB positivo, ainda que os preços estejam em patamares historicamente baixos."

Em 2023, o subsetor de didáticos apresentou queda de 3% em termos reais nas vendas ao mercado.

Hostinger: mercado brasileiro, competição e diferenciação

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o mercado brasileiro de e-commerce com Rafael Hertel, country manager da Hostinger no Brasil. Fundada em 2004 na Lituânia, a Hostinger é uma provedora de hospedagem de sites que atua em mais de 150 países.

Como você avalia o atual momento do e-commerce brasileiro?

Nos últimos anos, nós temos visto um crescimento muito forte do e-commerce no Brasil. Um aspecto que eu gosto de comparar é que se você abrir uma loja física, num shopping ou numa área mais nobre da cidade, nós estamos falando de um investimento de algumas centenas de milhares de reais, mas quando nós vamos para o mercado de lojas online, nós estamos falando de um acesso a 220 milhões de pessoas a um custo muito baixo. Por exemplo, você já consegue colocar um e-commerce online com R$ 200.

Isso fez com que, no ano passado, o mercado brasileiro chegasse a ter quase 2 milhões de lojas online ativas, sendo que se compararmos 2023 com 2022, o crescimento do mercado foi de 17%. Para 2024, a expectativa é de que o e-commerce bata R$ 200 bilhões de faturamento, e até 2027, R$ 250 bilhões.

Sob a perspectiva da Hostinger, o Brasil, nos últimos quatro anos, se destacou como o principal mercado da empresa no mundo. Como o mercado brasileiro está crescendo de uma maneira muito mais rápida que outros países onde atuamos, como Estados Unidos, Índia e França, ele passou a ser tido, dentro da empresa, como um mercado chave. Nós acreditamos que esse crescimento vai continuar, principalmente pela mudança de mentalidade das pessoas, que entenderam que é preciso estar online e que nesse mundo você consegue vender para mais pessoas a um custo menor.

Hoje, o que faz a diferença entre o sucesso e o fracasso de um e-commerce?

Isso depende bastante do nível de maturidade da pessoa que está entrando no mundo do e-commerce. Uma barreira muito grande é que muitas pessoas se assustam na hora de estabelecer a sua loja, o que faz com que muitas apelem para o Instagram ou para outras redes sociais. É por isso que nós vemos diversas empresas trabalhando para que a criação do site seja cada vez mais fácil. Depois disso, a pessoa que decidiu abrir um e-commerce se depara com questões relacionadas a frete, gateways de pagamento para fazer as transações e a forma como será trabalhado o tráfego. A pessoa que decidiu ir por esse caminho tem que ter uma dedicação bem forte nessas áreas.

Geralmente, quando a pessoa está começando, ela não tem recursos e pessoal, então ela tem que atuar na criação do site, nas integrações e no marketing. Por mais fácil que seja, só de falar que é preciso ativar um gateway de pagamento, a pessoa fica com receio, pois, muitas vezes, ela não sabe nem o que é isso. Por exemplo, hoje, a maior parte dos sites tem certificados SSL (Secure Sockets Layer), mas isso não era padrão há cinco, seis anos. Na época, só o fato da pessoa ter que instalar o SSL, que criptografa as informações do site, já gerava uma barreira. Na Hostinger, nós inovamos e isso já vem pré-instalado no domínio.

Toda inovação que fazemos é para fazer com que as pessoas ativem os seus sites de forma cada vez mais fácil. Isso porque quando se fala de tráfego, as pessoas têm uma inclinação maior para aprenderem, mas quando falamos de aspectos técnicos, muitas ficam com um pé atrás só de ouvir um termo que não conhecem.

Na sua opinião, quais são os principais erros cometidos por um e-commerce?

Um dos principais erros é pegar uma solução que, aparentemente, é mais fácil. Algumas plataformas, que disponibilizam um site padrão com template semi-pronto, cobram mensalidades menores em troca de um percentual sobre as vendas. Se o negócio der certo, você vai ficar rodando nessa plataforma, pois não vai conseguir migrar para outra, pagando até 5% de comissão em cima do checkout. No final das contas, isso será muito oneroso.

Outro erro é as pessoas não entenderem, de fato, a questão do tráfego pago. Como o custo de um lead tende ao infinito, na medida em que as empresas destinam recursos para o mundo online, nós temos que sofisticar as formas de anúncio. Nós conhecemos casos de empresas que há cinco, seis anos, tinham ROIs (Return On Investment) de 40%, 50%, numa campanha, mas que hoje estão tendo 6%, 7%.

Divulgação Hostinger

Rafael Hertel

Isso faz com que as pessoas tenham que trabalhar melhor suas estratégias de order bump, upsell e LTV (Lifetime Value), pois o custo do tráfego pago está ficando muito alto. Se a pessoa não conseguir aumentar o ticket médio de alguma maneira, ela vai ficar refém de um custo de lead cada vez maior, o que pode inviabilizar o seu e-commerce.

O mercado brasileiro é diferente dos outros mercados, como o americano, europeu e asiático?

O mercado brasileiro e o perfil brasileiro de empreendedor online são muito diferentes. Em termos de mercado, os Estados Unidos é o país que mais está à frente no e-commerce e no marketing digital, mas eu não acho que ele esteja muito longe do Brasil. Se compararmos com o mercado europeu, eu vejo que países como Alemanha, Espanha, Portugal e Polônia estão muito atrás do Brasil, tanto no sentido de e-commerce quanto de marketing. Existem alguns mercados que são bem diferentes. Se olharmos os sites japoneses, eles parecem sites brasileiros de 15, 20 anos atrás. No mercado chinês, praticamente não se usa sites, pois os chineses têm os super apps, o que faz com que haja uma perspectiva totalmente diferente.

Com relação ao perfil, o Brasil possui empreendedores que não necessariamente largaram seus empregos. Eles complementam a sua renda com a internet, trazendo, muitas vezes, uma renda maior que o próprio emprego, tanto que o número de sites criados no Brasil é maior que nos demais países. Por exemplo, na Hostinger, em 2021, o Brasil era o quarto país em número de clientes, sendo que hoje passou a ser o primeiro.

Além disso, nós temos alguns nichos que se destacam bastante no Brasil, como os infoprodutores, que é o pessoal que vende cursos online. No Brasil, esse nicho cresce de uma maneira absurda que não se vê lá fora.

Ainda é possível inovar nesse mercado?

Com certeza. A própria Hostinger está liberando uma inovação que é a criação de loja virtual através de Inteligência Artificial (IA). A pessoa vai chegar sem nenhum conhecimento de programação, escrever um prompt de 3 a 4 linhas sobre o que é o seu negócio e o que ela deseja, clicar em um botão, e em uma questão de 2 ou 3 minutos, vai ter a sua página customizada, com textos criados para ela, sugestões de logo e com fotos já adicionadas que poderão se substituídas. A pessoa também vai poder modificar alguma sessão através de arrasta e solta.

Existem também inovações relacionadas ao frete, como a entrega no dia seguinte ou até no mesmo dia em capitais. Isso é importante, pois, há alguns anos, se eu quisesse fazer determinadas compras online, mas não tivesse pelo menos 30 dias de margem para receber o produto, eu acabava não comprando. Pode não parecer uma inovação muito grande, mas do ponto de vista Logístico, isso é incrível.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/ hostinger-mercado-brasileiro-competicao-e-diferenciacao

---

COOPERATIVA DE EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - COOPECOMDP-RJ
CNPJ nº 39.978.593/0001-09
EDITAL DE ASSEMBLEIA GERAL ELEIÇÃO ASSUNTOS GERAIS.

O Presidente da Cooperativa de Empresados no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro – CCOPECOMDP-RJ, no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 64 e 67 do Estatuto Social, em cumprimento do Estatuto Social, convoca todos os associados da Cooperativa, que estejam em dia com suas obrigações estatutárias e preencham os requisitos, para participar da Assembleia Geral, que se realizará no dia 8 de Agosto de 2024, em primeira convocação as 10:00 horas, em segunda convocação as 10:30 horas e em terceira convocação as 11:00 horas, devendo ser obedecido o artigo 25 do Estatuto Social, sito a Rua Camerino 66 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.080-01 – Rio de Janeiro –, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia. 1) Eleição de Diretoria, 2) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 8 de Julho de 2024. **CELSO DE CERQUEIRA -** CNPJ nº 39.978.593/0001-09 - Presidente

---

COOPROP - COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROPAGANDISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE 2024

A Diretora Presidente da **COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROPAGANDISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COOPROP,** Rua Francisco Affonso de Melo, 125, Sala 03, Vila Brás Cubas, Mogi das Cruzes/SP, CEP 08740-310, convida a presença de todo o quadro societário composto de (20) vinte cooperantes para comparecer em sua sede no dia 20/07/2024 com primeira chamada as 08:00h, segunda chamada as 09:00h e terceira e última chamada as 10:00h, para participar da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2024**, onde uma cópia deste edital também será afixado em local visível na sede da cooperativa e uma cópia enviada por circular via e-mail para todo o quadro social, para deliberar, votar, aprovar ou não com número estatutário legal, os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: **(1)** Alteração Estatutária. Mogi das Cruzes/SP, 09 de julho de 2024. Ivana Ferreira do Nascimento – CPF 157.802.338-61 - Diretora Presidente.

REPSOL SINOPEC BRASIL S.A.
CNPJ nº 02.270.689/0001-08 - NIRE: 33.3.0016653-0

Certidão da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30/06/2024: Data, Horário e Local: Aos 30/06/2024, às 11:00h, na sede social da Companhia localizada na Praia de Botafogo, n° 300, salas 501 e 701, Botafogo, na Cidade e Estado do RJ, Brasil. **Mesa**: Sr. Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Sra. Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. **Convocação e Presença**: Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação nos termos do §4º do art. 124 da Lei n° 6.404/76. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio (6ª parcela de 2024). **Deliberações Aprovadas**: Os acionistas aprovam por unanimidade de votos, conforme recomendação do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre capital próprio (6ª parcela de 2024) no valor de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), a ser registrado nas demonstrações financeiras da Companhia em Junho/2024 e a ser pago em ou antes de 31/07/2024. **Encerramento**: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia Geral pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. Repsol E&P S.à r.l., Repsol Exploración, S.A. e TipTop Luxembourg S.à r.l. Certifico e atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no livro próprio da Companhia. RJ, 30/06/2024. Carolina Assano Massocato Escobar - **Secretária da Mesa.** Jucerja nº 6321433 em 02/07/2024.

IBF - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A
CNPJ/MF Nº 33.255.787/0001-91 - NIRE Nº 33.3.0027618-1
ATA DE AGE REALIZADA NO DIA 29/12/23

1. Data, Hora e Local: No dia 29/12/23, às 10h, na sede da **IBF – Indústria Brasileira de Filmes S/A**, localizada na Rua Dr. Sabino Arias, nº 187, Mantiquira (Xerém) Duque de Caxias/RJ, ("Cia."). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), em razão da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Cia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Luiz Nei Arias; Secretário: Sr. André Luiz Arias. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre ***(i)*** o encerramento das atividades da sucursal da Cia. localizada na Av. Eduardo Madero, nº 1020, 5º andar, Sala B, na Cidade de Buenos Aires, República da Argentina, conforme recomendação da Diretoria, nos termos Art. 2º, *caput*, do Estatuto Social da Cia.; ***(ii)*** a exclusão, no objeto social da Cia., da atividade **fabril** de produtos para a área de saúde; ***(iii)*** a consequente alteração do §1º do Art. 2º e também do Art. 3º do Estatuto Social da Cia.; e **(iv)** a autorização para que a diretoria da Cia. proceda com todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima elencadas. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia e após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as acionistas presentes aprovaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições, reservas ou ressalvas: **5.1.** Aprovar o encerramento, na presente data, das atividades da sucursal da Cia., localizada na Av. Eduardo Madero, nº 1020, 5º andar, Sala B, na Cidade de Buenos Aires, República da Argentina, conforme recomendação da Diretoria, nos termos do Art. 2º, *caput*, do Estatuto Social da Cia. **5.2.** Aprovar a exclusão, do objeto social da Cia., das atividades de fabricação de filmes para radiologia e diagnóstico médico em geral, mantidas as atividades de comércio e revenda desses produtos. **5.3.** Em decorrência das deliberações aprovadas nos itens 5.1. e 5.2 acima, decidem os acionistas alterar o §1º do Art. 2º e também a redação do Art. 3º do Estatuto Social da Cia., que passarão a vigorar com as seguintes redações: *"**Art. 2º -** A Cia. tem a sua sede e foro jurídico no Estado do RJ, no seu estabelecimento fabril localizado na Rua Doutor Sabino Arias, nº 187 – Mantiquira – Distrito de Xerém, Duque de Caxias, sendo seu domicílio e foro nessa mesma cidade, sendo-lhe facultado estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional e no exterior, a critério de sua própria Diretoria. **§1º** - Ficam desde já instalados os seguintes estabelecimentos, filiais e sucursais: (a) **Rio de Janeiro:** Rua Lauro Müller, nº 116, salas 1001 a 1008, Botafogo/RJ, cujas atividades são exclusivamente administrativas, sem qualquer prática industrial, fabril, comercial e/ou voltada à prestação de serviços; (b) **São Paulo:** Rua Pedro Bueno, nº 1028 a 1032, no Bairro Jabaquara, na Cidade de São Paulo/SP; (c) **Paraná**: Rua Almirante Gonçalves, 965 a 977, Bairro Rebouças, na Cidade de Curitiba/PR; (d) **Pernambuco:** Rua Esperanto, nº 436 – Ilha do Leite, na Cidade de Recife/PE. **§2º** - As filiais localizadas nas Cidades de São Paulo, Curitiba e Recife enquadrarão seus respectivos estabelecimentos sob o mesmo Código de Atividade Econômica (CNAE) adotado pela sede da Cia., excluídas as atividades de industrialização e fabricação. **Art. 3º** - A Cia. tem por objeto: **1)** A fabricação, industrialização e comercialização de chapas de alumínio pré-sensibilizadas, filmes para indústria gráfica, inclusive papéis, produtos químicos correlatos, processadoras automáticas para todos estes materiais, tintas para offset, densitômetros, máquinas, impressoras digitais, sistemas de provas, scanners, softwares (programa de computação), imagesetters, sistema de computador à chapa, bem como qualquer produto que venha interferir na boa utilização dos seus produtos, inclusive a distribuição e o licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação (softwares); **2)** O comércio e a revenda de produtos correlatos que tenham utilização dentro do processo final do qual participem produtos IBF, tais como filmes para radiologia e diagnóstico médico em geral, equipamentos para digitalização de imagens (CRs) e captação de imagens radiológicas digitais (DRs) ou outros produtos e/ou equipamentos ou software; **3)** O fornecimento de Assistência Técnica a equipamentos de sua linha de fabricação ou de terceiros; **4)** a representação comercial e a importação de matérias primas, produtos semi-industrializados, produtos acabados, equipamentos, peças de reposição ou simples materiais de revenda conforme o objetivo previsto no item dois supra, que sejam de interesse da empresa e de suas Representações, a critério da Diretoria; **5)** a exportação de seus produtos ou serviços (know-how), incluindo a exportação de produtos agrícolas, a todos os países cujo comércio seja permitido pelas autoridades com base na legislação local vigente; **6)** o comércio de medicamentos e drogas de uso humano e também o de instrumentos, equipamentos e materiais para uso médico, radiológico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; **7)** a criação de subsidiárias no exterior, sempre que o interesse da empresa assim o exigir, desde que aprovadas pelas autoridades e legislação vigente no País; **8)** avalizar as operações das subsidiárias, a critério da Diretoria da empresa; **9)** a exploração agrícola, pastoril ou pecuária de propriedades próprias ou arrendadas e/ou de terceiros, a critério da Diretoria; **10)** o transporte de suas próprias mercadorias em veículos de sua propriedade, dentro ou fora do País, a critério da Diretoria, de acordo com a legislação em vigor; **11)** a participação em outras sociedades, com a finalidade de realizar o objetivo social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais; e **12)** o aluguel, o comodato e/ou o arrendamento de equipamentos."* **5.4.** Autorizar a diretoria da Cia. a proceder com todos os atos necessários para efetivar as deliberações elencadas acima, bem como a assinatura de todos os documentos eventualmente necessários para a consecução dos objetivos ora tratados, ratificando, também, todos os atos já praticados relacionados às deliberações em epígrafe. **6. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada e lavrada a presente Ata em forma de sumário, conforme admitido pelo Art. 130, §1º, da Lei das S.A., que lida e achada conforme, foi assinada pelos membros da mesa e pelas acionistas da Cia. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente - Sr. Luiz Nei Arias; e Secretário - Sr. André Luiz Arias. Acionistas presentes: André Luiz Arias; Luiz Nei Arias e Marjorie Arias. Duque de Caxias, 29/12/23. Mesa: **Luiz Nei Arias -** Presidente; **André Luiz Arias -** Secretário. Acionistas: **Luiz Nei Arias; André Luiz Arias; Marjorie Arias.** JUCERJA em 26/06/24 sob o nº 6310986. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Fintechs emprestaram R$ 21 bi no ano passado

Volume é 52% maior do que em 2022

As fintechs expandiram sua atuação em 2023, concedendo R$ 21,1 bilhões em crédito, volume que representa um aumento de 52% em relação ao ano anterior. O dado está na quarta edição da pesquisa 2024, realizada entre a Associação Brasileira de Crédito Digital - ABCD e a PwC Brasil, divulgada nesta segunda-feira.

Uma das razões do crescimento é que as empresas de crédito digital estão expandindo suas ofertas para além dos serviços tradicionais de empréstimo, com um aumento na adoção de plataformas como Banking as a Service (BaaS) e marketplaces de crédito, citou a pesquisa.

No ano passado, a taxa básica de juros, a Selic, iniciou o ano em 13,75% e encerrou em 11,75%. Ou seja, em um patamar muito alto. Apesar dessa conjuntura, as fintechs de crédito afirmam que conseguiram reduzir os juros cobrados em sete categorias de crédito para pessoas físicas: ainda que o cartão de crédito rotativo oferecido pelo setor apresentasse juros de 242,4% ao ano, a média nacional, divulgada pelo Banco Central, atingiu 440,8% ao ano.

"Após a pandemia, as pessoas entenderam que podem consumir serviços financeiros de forma diferente, acostumando-se com novos métodos de pagamento como o PIX, que facilitou a adoção mais ampla das transações digitais. Esse fato contribui para que os consumidores se movam cada vez mais para um cenário sem dinheiro físico. A experiência digital provou ser eficaz e valiosa também para o fornecimento de crédito", analisa Francisco Ferreira, presidente da ABCD.

Mas apesar da expansão do crédito, 2023 não foi um ano absolutamente tranquilo para o setor. As fintechs enfrentaram desafios para atrair investimentos externos em 2023, com crescimento do uso de capital próprio, explicado parcialmente pelo aumento na concessão de licenças de operação pelo Banco Central. A mudança de estratégias incluiu aumento no uso de debêntures e certificados de recebíveis como forma de reduzir a dependência de capital externo.

A pesquisa mostrou que a tecnologia tem um peso importante na gestão dessas empresas. Cerca de 53% delas, por exemplo, planejam investir em Inteligência Artificial nos próximos dois anos.

Em relação à oferta para clientes PJ, entre 2020 e 2023, houve uma redução nas taxas de juros para crédito com e sem garantia, movimento que indica que, apesar das taxas mais elevadas do que a média do mercado, as fintechs têm conseguido reduzir os juros para este segmento ano a ano, possivelmente devido a uma melhoria na avaliação de risco ou eficiência operacional. "O setor se mostra mais competitivo do que o mercado em geral em algumas categorias de crédito para PJ, cobrando taxas de juros menores no cheque especial e no rotativo do cartão de crédito, por exemplo.

Crédito: estimativa para 2024 cresce para 10%

A projeção de crescimento para a carteira de crédito em 2024 atingiu os dois dígitos pela primeira vez no ano, chegando a 10%, revela a Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Febraban, realizada com 20 bancos entre 25 de junho e 01 de julho. No levantamento feito em maio, a estimativa era de avanço de 9,3%. O destaque ficou para a revisão de alta na projeção da carteira direcionada, cuja expectativa subiu de 10,1% para 11,3% neste ano, com ênfase na linha destinada às empresas, que sofreu a maior revisão para cima (de +8,7% para +11,7%).

A Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Febraban é realizada a cada 45 dias, logo após a divulgação da Ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) e mostra a estimativa dos bancos para o comportamento de diversas variáveis da economia ao longo deste e do próximo ano. Com este olhar prospectivo, essa pesquisa se diferencia da Pesquisa Especial de Crédito, divulgada mensalmente e que procura antecipar os números do mês anterior que são divulgados na Nota de Política Monetária e Operações de Crédito do Banco Central.

"A revisão para cima do crescimento do crédito total captada na pesquisa pode ser explicada por vários fatores. O segmento mostrou números positivos ao longo do 1º semestre, refletindo o ciclo de queda da taxa Selic e os índices de inadimplência. Além disso, o mercado de trabalho aquecido e o aumento da massa salarial devem continuar impulsionando as linhas voltadas ao consumo das famílias", avalia Rubens Sardenberg, diretor de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Febraban.

"Por fim, os programas públicos aprovados para a reconstrução do Rio Grande do Sul devem dar um impulso importante no 2º semestre, conforme captado na projeção para a carteira direcionada destinada às empresas", acrescenta. "Na direção contrária, temos que acompanhar a evolução do cenário macro para ver se as turbulências recentes podem afetar o ritmo do mercado de crédito", finalizou o diretor da Febraban.

De acordo com o levantamento, ainda na carteira direcionada, a expectativa de alta para a carteira com recursos destinados às famílias também aumentou, passando de 10,6% para 10,9%. Já a expectativa de expansão para a carteira livre subiu para 9,2% (ante avanço esperado de 8,6% na pesquisa anterior). A revisão positiva foi maior na carteira de Pessoas Físicas (de +9,5% para +10,6%), que tem se beneficiado do mercado de trabalho aquecido, enquanto a projeção para a carteira Livre Pessoa Jurídica ficou praticamente estável em 7,4%.

M.S. ENGENHARIA S.A.
CNPJ nº 34.019.018/0001-57 - NIRE 33.3.0001155-2

Assembleia Geral Extraordinária - Primeira Convocação: O Diretor da M.S. ENGENHARIA S.A. convoca os Senhores Acionistas para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 15 de julho de 2024, às 10h, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 8.445, sala 502, Barra da Tijuca, CEP 22793-081, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) alteração da sede social; (ii) reforma do Estatuto Social para atualizá-lo à legislação societária; (iii) eleição de administradores; (iv) aprovação da elaboração de livros societários digitais; (v) assuntos gerais. Para fins do art. 135 da Lei nº 6.404/76 informa-se aos acionistas que os documentos pertinentes às matérias objeto da ordem do dia estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no endereço acima informado. Rio de Janeiro, 4 de julho de 2024.

Eric Zaragoza Labes - Diretor.

WLM

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF Nº 33.228.024/0001-51 - NIRE: 33300031359

FATO RELEVANTE

A **WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.** ("Companhia" ou "WLM"), em atendimento ao disposto no artigo 157, §4º da Lei nº 6.404 de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), à Resolução CVM nº 44 de 23 de agosto de 2021 e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, faz saber aos seus acionistas e ao mercado em geral que, na data de 08 de julho de 2024, celebrou Memorando de Entendimentos (*Memorandum of Understanding* - "MOU") de caráter vinculante, com Joaquim Rodrigues Viana, CPF de nº 046.156.542-00 e Theodoro Lauand Filho, CPF de nº 127.727.637-49 ("Sócios Fundadores" ou "Proprietários"), para aquisição, pela WLM, de 100% (cem por cento) da participação societária da **Supermac Máquinas e Caminhões da Amazonia LTDA.** ("Supermac"), sociedade inscrita no CNPJ de nº 03.966.062/0001-40 ("Operação"). O MOU contempla o investimento de aproximadamente R$50 milhões (cinquenta milhões de reais), sujeito a ajustes com base em premissas e em procedimentos de *Due Diligence* da Supermac; além disso, visa estabelecer os direitos e obrigações fundamentais das partes na Operação, bem como estipular condições para assinatura do competente Contrato de Compra e Venda de Quotas ("CCVQ") e do fechamento, propriamente dito, da Operação. A Supermac é concessionária de veículos da marca Scania, autorizada para atuação nos municípios dos Estados do Amazonas e Roraima, razão pela qual a realização da Operação trará novas oportunidades de expansão dos negócios da WLM considerando a ampliação da base de clientes e acréscimo de receita recorrente para a Companhia. A conclusão e o fechamento da Operação estão sujeitos à negociação e verificação de determinadas condições precedentes, incluindo, entre outras, a obtenção de todas as aprovações regulatórias e à anuência da Scania, bem como, à celebração dos documentos definitivos. Por fim, a WLM manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre eventuais desdobramentos acerca deste Fato Relevante.

Rio de Janeiro, 08 de julho de 2024.
WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.
Leandro Cardoso Massa
Diretor de Relações com Investidores

GRANFINO www.granfino.com.br

INDÚSTRIAS GRANFINO S.A.
CNPJ. 30.770.184/0001-30 / NIRE - 33 3 0014041-7
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2024

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se os acionistas de **INDÚSTRIAS CRANFINO S.A.,** às dezesseis horas, na sede social da Empresa, à Rua Oscar Soares nº 1525. em Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, devidamente convocada por editais publicados em versão impressa e digital no jornal "Monitor Mercantil'', nos dias, 27, 28 de março e 01 de abril do mesmo ano, em número legal, representando mais de 2/3 (dois terços) do capital, conforme se verifica pelas assinaturas no livro de presença dos acionistas. As Assembleias foram presididas na forma estatutária, pela Presidente da sociedade, Sra. Renata Baroni Coelho, que convidou a mim Maria de Fatima de Almeida Coelho, para secretariá-las. De acordo com a deliberação unânime dos acionistas presentes. solicitou a Sra. Presidente, a dispensa da leitura dos editais de convocação, acima citados, tendo em vista que os mesmos estavam sobre a mesa dos trabalhos e eram já do conhecimento de todos os Srs. Acionistas. Abrindo os trabalhos a Sra. Presidente solicitou a mim secretaria a distribuição do relatório da Diretoria que seria publicado juntamente com os Balanços. aos Acionistas presentes. A seguir os Srs. Acionistas deliberaram e aprovaram por unanimidade excluídos os votos dos Diretores, os seguintes assuntos: **1)** - Aprovar o Relatório da Diretoria, o Balanço Geral, Demonstração da Movimentação do Patrimônio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Notas Explicativas e as Contas da Diretoria referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023; **2)** Aprovar a distribuição dos dividendos propostos cm balanço, no valor de R$ 175,225 (cento e setenta e cinco reais e duzentos e vinte e cinco centavos) por lote de mil ações. para pagamento a partir de 1º de junho de 2024, ficou decidido que os lucros remanescentes, de exercícios anteriores. permanecerão em conta de reserva de expansão, para futuro aumento de capital ou outra destinação que vier a ser deliberada no futuro: **3)** Aprovar a destinação dos lucros do exercício, que depois de deduzido das reservas estatutária, bem como da dedução dos dividendos acima aprovados, permanecerão em conta de Lucros Acumulados para futuro aumento de capital ou outra qualquer destinação que vier a ser deliberada no foturo. **4)** -Fixar os honorários globais dos administradores para o exercício de 2024, em R$ 816.000,00 (Oitocentos e dezesseis mil reais), apenas para os componentes da Diretoria. ficando também deliberado que os componentes do Conselho de Administração, receberão um jeton de R$ 2.000,00 (dois mil reais), por reuniões regularmente convocadas. Prosseguindo os trabalhos, agora já em Assembleia Geral Extraordinária, e "fechando'' (o item 5) - *da convocação, Outros Assuntos de Interesse Geral, Retornando à pauta, Sra. Presidente, franqueou a palavra e como não houvesse quem dela desejasse fazer uso e nada mais havendo a tratar a Sra Presidente suspendeu os trahalhos pelo tempo necessário a lavratura da preseme Ata, que após sua leitura foi aprovada pelos presentes, datada e assinado por mim secretário, pela Presidente, e demais Aciomsta. Nova lguuçu, 29 de abril de 2024. (Ass.) Maria de Fátima de Almeida Coelho secretário, Renata Baroni Coelho - presidente. seguindo-se abaixo relação nominal dos demais Acionistas presentes, Silvia Maria Soares Coelho Lantimant, Cleucio Gonçalves Lantimant, Ana lucia de Almeida Coelho, Fernando de Almeida Coelho, Maria de Fátima de Almeida Coelho, Elizabeth Gomes Coelho. José Antonio Gomes Coelho, Paulo Roherto Gomes Coelho, e Sebastião Lopes de Oliveira. Certifico que a presente é cópia fiel da Ata transcrita no livro das Atas das Assembleias Gerais. Nova Iguaçu, 29 de abril de 2024. (Ass.)* ***Renata Baroni Coelho*** *- Presidente ;* ***Maria de Fatima de Almeida Coelho*** *- Secretária.* Registro na JUCERJA em 08/07/2024 sob o nº 00006330037 - Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Cooperativa Habitacional Operaria SERP (em liquidação)
Edital de Convocação
Assembleia Geral Extraordinária

Ficam pelo presente convocados os cooperativados da Cooperativa Habitacional Operária SERP (em liquidação) para a Assembléia Geral Extraordinária que se realizará na sede da Cooperativa situada na Av.Treze de Maio nº 13 sala 1020 nesta, no dia 15 de julho de 2024,em primeira convocação as 9 hs com presença de 2/3 dos cooperativados / participantes, as 10 hs em segunda convocação com presença mínima de metade mais de um e em terceira e ultima convocação as 11 hs com qualquer numero, objetivando deliberar sobre a seguinte. ORDEM DO DIA: a) Eleição e posse do liquidante da Cooperativa por vacância do cargo para complementação do mandato do ano 2021/2025 a ser expirar em 31/12/2025, tendo em vista o falecimento do liquidante Paulo Roberto Pacheco do Amaral.

Rio de janeiro, 04 de julho de 2024
Daniel Pereira Caldas Brum
Advogado

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CNPJ/MF Nº 07.377.136/0001-64
CONVOCAÇÃO

Ficam os Srs. sócios da sociedade **RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**, convocados para se reunirem em Reunião dos Sócios quotistas, a ser realizada no dia 22/07/2024, às 11h, na sede da empresa, localizada na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Teixeira de Freitas, nº 31, 12º andar, parte, Centro, CEP: 20.021-350, cuja participação poderá ser feita de forma virtual, mediante solicitação individual de cada sócio, para deliberar e formalizar a saída voluntária da sociedade do sócio Fernando Antonio de Sousa Gonçalves que ocorreu no dia 29/09/2023.

ADAGIO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 28.626.480/0001-10

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações financeiras da Adágio Participações S.A., relativas ao exercício social findo em 31/12/2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas. Rio de Janeiro, 08/03/2024. **A Diretoria**

Balanços patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em reais, centavos omitidos)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**1.989**	**53.745**
Disponível		**1.989**	**53.745**
Caixa e equivalentes de caixa		1.989	1.989
Bancos c/Movimento		-	10
Aplicações Financeiras	4	-	51.746
Não Circulante		**1.862.354**	**1.872.085**
Imobilizado	5	2.610.665	2.442.359
(-) Depreciação		(748.311)	(570.274)
Total do ativo		**1.864.343**	**1.925.830**
Passivo	**Nota**	**2023**	**2022**
Circulante		**11.428**	**124.521**
Credores Pessoa Física e Juridica		**11.428**	**52.021**
Empréstimos para Aquisição de Ativos		**-**	**72.500**
Exígivel a Longo Prazo		**(449.704)**	**(704.676)**
Capital a Subscrever	6	(449.704)	(704.676)
Patrimonio líquido		**2.302.619**	**2.505.985**
Capital social		2.852.514	2.852.514
Capital a Realizar		470.106	442.645
Reserva de Lucro		953	953
Prejuizo Acumulado		(1.020.954)	(790.127)
Total do passivo		**1.864.343**	**1.925.830**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 - (Em reais, centavos omitidos, exceto o lucro líquido por ação)

	2023	2022
Receitas	**194**	**180**
Financeiras	194	180
Despesas	**(231.021)**	**(228.964)**
Adnimistrativas	(229.391)	(227.006)
Financeiras	(1.630)	(1.958)
Prejuizo/Lucro Líquido do Exercício	**(230.827)**	**(228.784)**
Quantidade de ações do capital social no final do exercício	2.347	2.347
Prejuizo do exercício por ação - R$	(98,35)	(97,48)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 - (Em reais, centavos omitidos)

	Capital Social	Capital a Realizar	Reserva de Lucro	Prejuizos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**2.852.514**	**-**	**953**	**(561.343)**	**2.292.124**
Prejuizo do Exercício	**-**	**-**	**-**	**(228.784)**	(228.784)
Aumento de Capital	-	442.645	-	-	442.645
Saldos em 31/12/2022	**2.852.514**	**442.645**	**953**	**(790.127)**	**2.505.985**
Prejuizo do Exercício	**-**	**-**	**-**	**(230.827)**	(230.827)
Aumento de Capital	-	**27.461**	-	-	27.461
Saldos em 31/12/2023	**2.852.514**	**470.106**	**953**	**(1.020.954)**	**2.302.619**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31/12/023 e 2022 - (Em reais, centavos omitidos)

Descrição	2023	2022
Prejuízo do Exercício	**(230.827)**	**(228.784)**
Depreçiação	(178.038)	(165.975)
Atividades operacionais		
Variação de aplicações financeiras	51.746	(4.218)
Variação de contas a receber	-	(82.660)
Variação de contas a pagar	11.428	(37.097)
Variação de Empréstimos e Financiamentos	72.500	(72.500)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	**(273.191)**	**(591.234)**
Atividades de investimento		
Movimentações societárias		
Aumento de Capital a ser Subscrito	273.181	591.234
Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades de investimentos	**273.181**	**591.234**
Aumento (diminuição)no caixa e equivalentes de caixa	**(10)**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do periodo	**1.999**	**1.999**
Caixa e equivalentes de caixa no final do periodo	**1.989**	**1.999**
Aumento /(diminuição no caixa e equivalentes de caixa	**(10)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2023 e 2022. - (Em reais, centavos omitidos)

1. Contexto operacional: Adágio Participações S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, constituída em 29/08/2017. Seu objeto social é a participação no capital de outras sociedades. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 15/03/2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e dos equivalentes de caixa. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$) que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis: 3.1. Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. **3.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **4. Aplicações Financeiras:** As aplicações financeiras são representadas basicamente por Fundo de Renda Fixa Referenciado - DI.

5. Imobilizado: Compõem-se como segue:

Descrição	2023	2022
Imóveis	2.000.998	2.000.998
Veículos	389.990	221.684
Outras Imobilizações	219.677	219.677
(-) Depreciação	(748.311)	(570.274)
Total	**1.862.354**	**1.872.085**

6. Capital a Subscrever: É composto por valor a ser capitalizado ao longo do ano. A subscrição das ações é feita na Assembleia Geral Ordinária no início do exercício subsequente. **7. Patrimônio líquido: 7.1 - Capital social:** O Capital da Companhia é representado por 2.166 ações ordinárias nominativas (1.963 em 2020), sem valor nominal totalmente integralizadas. De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor.

Diretoria: Daniela Mello Eyng Tolomei
EYNG - Serviços Contábeis Ltda. - ME - CRC - RJ - 005899/O-9
Renato Eyng - Contador - CRC - RJ - 026940/O-1